

FÓRUM PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREENDEDOR



CONSELHO DE FUNDADORES

SESCON-SP - SINDCONT-SP - SINDHOSP - APM - SINAENCO

COMITÊ DIRETIVO



SECRETARIA

SESCON-SP

DEMAIS MEMBROS DO FÓRUM

AASP - ABAV - SP - ABCFARMA - ABECE - ABEP - ABERT - ABO - ABREMAR - ACSP/FACESP ADEMPE - ADVB - AESCON / SP - ALSHOP - AMCHAM - ANAPRE - ANEFAC - APAREM - APEJESP APEOP - APM - APRAG - APROSOM - ASBEA - ASEC - ASERC - AUDIBRA - BRAZTOA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO MERCOSUL E AMÉRICAS - CESA - CIESP - CORTE ARBITRAL DO MERCOSUL CORCESP - CORECON / SP - CRIA / SP - CRC / SP - CREA / SP - FACESP - FEPRAG - FECONMÉRICO / SP - FECONTESP - FENACON - FENECON - FIESP - IAB - IBRACON - INSTITUTO DE ENGENHARIA - INSTITUTO MILENIUM - LIDE - NTC - OAB / SP - PNBE - SCIESP - SECOVI-SP - SEEAATESP - SESCO-CAMPINAS - SESCO-SP - SETCESP - SETRANS - SIAMFESP - SINAENCO - SINCOESP - SINCOFARMA - SINCOR - SINDCONT/SP - SINDECON / ESP - SINDETUR / SP - SINDHOSP - SINDIFUPI - SINDILOJAS - SINDIMOTOR - SINDUSCON - SINEATA - SINSIA SINSTAL - SINFAC-SP - SIRCESP - TRANSFRETUR

Telefone: (11) 3304-4490 e FAX: (11) 3304-4409

E-mail: forum@forumdoempreendedor.org.br

Site: www.forumdoempreendedor.org.br



PAUTA

PONTO ELETRÔNICO

Disciplinado pela Portaria MTE nº 1510 o Registrador de Ponto Eletrônico – REP, que se tornará obrigatório em agosto de 2010, onera as empresas na medida em que exige investimentos significativos para o seu cumprimento.

Exemplos de exigências desnecessárias que oneram os empregadores são a capacidade de funcionamento de 1.440 horas ininterruptas em casos de ausência de energia, impressora de uso exclusivo (sem outras utilizações paralelas) e de excelente qualidade para imprimir material, com grande durabilidade, porta USB também exclusiva e a necessidade de entrega diária de comprovantes de entradas e saídas a cada funcionário, para cada marcação de ponto, que demandará um grande volume de papel.

O preço para a adequação a todas essas exigências será alto e afetará principalmente as micro e pequenas empresas.

Devido ao alto custo, as mencionadas exigências incentivarão o uso de controle de ponto manual (livro ponto).

SAT/RAT

As novas regras para o cálculo da contribuição social do Seguro Acidente do Trabalho (SAT/RAT), além de inconstitucionais, geram grande aumento da carga tributária.

Além das alterações no grau de risco com base no CNAE, portanto, considerando o desempenho do respectivo setor econômico, foi introduzido o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), gerando para muitas empresas e ramos de atividade elevadíssimo aumento em sua carga tributária.

Ademais, o cálculo do FAP apóia-se em critérios obscuros, que não são divulgados, em manifesta inconstitucionalidade.

A inconstitucionalidade das novas regras para o cálculo do SAT/RAT vem sendo reconhecida pelo Poder Judiciário em diversas decisões que deferiram pleitos de empresas, sindicatos e demais entidades.

TERCEIRIZAÇÃO (PL 4.302/98)

A terceirização é uma ferramenta que tem se mostrado bastante eficiente para a manutenção da competitividade econômica em todo o mundo amplamente utilizada pelas empresas, especialmente nos países mais desenvolvidos.

Conselho de Fundadores





No Brasil inexistente legislação específica sobre a terceirização, que atualmente é regulada pela Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), gerando enorme insegurança jurídica às empresas contratantes, às contratadas e aos trabalhadores.

A Súmula nº 331 permite a terceirização apenas da *atividade-meio* da empresa, não da *atividade-fim*, inexistindo na legislação especificação sobre o que vem a ser essas atividades, permitindo avaliações extremamente subjetivas na análise dos casos concretos, resultando em absoluta insegurança jurídica a todos os envolvidos.

É difícil justificar a distinção, para fins de terceirização, entre *atividade-meio* e *atividade-fim*, pois, muitas vezes, a decisão de terceirizar a *fim* é fundamental para se garantir a competitividade e a manutenção do negócio.

A necessidade de se criar um marco legal para a terceirização no Brasil é proeminente, e o Projeto de Lei nº 4.302/1998 atende às principais necessidades dos envolvidos, criando a segurança jurídica necessária e garantindo os direitos dos trabalhadores.

O mencionado PL não veda a terceirização de *atividade-fim*, assegura os direitos trabalhistas com a responsabilidade subsidiária do contratante e viabiliza, com a necessária segurança jurídica, o uso desta solução tão importante para o desenvolvimento econômico e social.

Há diversas propostas de críticos do PL 4.302/98 que atribuem a responsabilidade solidária às contratantes, ou seja, criam a possibilidade do trabalhador, em caso de dívidas trabalhistas, escolher cobrar diretamente a empresa contratante, sem qualquer participação da contratada, que é a sua empregadora, no processo judicial, inviabilizando a terceirização.

O referido PL atribui a responsabilidade subsidiária às empresas contratantes, ou seja, caso a empresa contratada não tenha patrimônio suficiente para o pagamento de dívidas trabalhistas, a contratante será responsabilizada e executada no mesmo processo judicial.

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO (PEC 231/95)

A redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais, sem impacto nos salários, representará significativo aumento de custo na folha de pagamento das empresas, que já arcam com altos custos de encargos sociais, em média de 100% dos salários dos trabalhadores.

Esse fato acrescido à elevada carga tributária que vigora no País, terá como conseqüência a redução da atividade econômica, deixando de gerar empregos (contrariamente ao que tem sido apregoado), com sérios riscos de demissões para que o setor econômico se ajuste à nova jornada de trabalho.

Conselho de Fundadores





A proposta contida na PEC 231/1995 atingirá especialmente as micro e pequenas empresas, que representam 98% dos empreendimentos instalados no Brasil, segundo dados do SEBRAE, as quais, via de regra, laboram em jornada de 44 horas semanais.

Para as categorias profissionais que, por suas especificidades, podem reduzir a jornada de trabalho, é possível fazê-lo por meio de convenções coletivas, como resultado da atividade sindical tão prestigiada pela legislação e pelo Governo Federal.

Ademais, não é recomendável a votação de Projeto de Emenda Constitucional tão importante em ano eleitoral, a fim de se evitar sua aprovação visando apenas a angariar votos para as eleições, e não ao bem da sociedade, principalmente dos trabalhadores.

Conselho de Fundadores





MANIFESTO CONTRA A NOVA METODOLOGIA DE CÁLCULO DO SAT/RAT E PEDIDO DE AUDIÊNCIA

O Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor manifesta publicamente seu repúdio pelas novas regras impostas desde o início de janeiro de 2010 para o cálculo da contribuição social do Seguro Acidente do Trabalho (SAT/RAT).

Além das alterações no grau de risco com base no CNAE, portanto, considerando o desempenho do respectivo setor econômico, foi introduzido o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que poderá gerar para algumas empresas e, até mesmo, ramos de atividade, aumento em sua carga tributária de até 500%. Não bastasse o cálculo do FAP apoiar-se em critério obscuro, uma vez que o novo enquadramento das empresas no grau de risco é fundamentado em dados não divulgados para conferência, ainda há dúvidas relativas à nova classificação, pois enquadram em grau máximo de risco atividades curiosas como, casas de chá e agências matrimoniais, apenas para exemplificar.

Esse expressivo aumento de carga tributária incidente sobre a folha de salários choca-se com as promessas do Governo Federal de reduzir os encargos existentes sobre a folha de salários, adota critérios de exclusão de determinados grupos de trabalhadores do mercado de trabalho, afasta investimentos novos na economia do país, gera instabilidade e incertezas, comprometendo o crescimento econômico e a geração de novas vagas no mercado de trabalho.

Não bastasse a grave repercussão social, a forma como foi imposta a nova alíquota do SAT e suas repercussões nas empresas encontra barreiras intransponíveis na Constituição Federal, razão pela qual já há inúmeras ações questionando a matéria perante o Poder Judiciário.

O Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor reuniu-se e concluiu pela necessidade de mobilização efetiva contra este novo cálculo do SAT/RAT. Promovendo inclusive na manhã desta segunda-feira (01 de fevereiro de 2010) a "Palestra Técnica sobre SAT/RAT - Aumento na tributação e outras distorções provocadas pelas modificações no Seguro Acidente do Trabalho".

Conselho de Fundadores





Diante desse quadro, os membros do Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor repudiam o tema por não trazer benefícios para a sociedade brasileira.

Conselho de Fundadores
SESCON-SP - SINDHOSP - SINDCONT/SP - SINAENCO - APM

Comitê Diretivo
FIESP - FECOMERCIO - ACSP - OAB/SP - SESCOP-SP - SINDCONT-SP - APM - SINDHOSP - SINAENCO

Entidades Membros do Fórum
AASP - ABAV - SP - ABCFarma - ABECE - ABEP - ABERT - ABO - ABREMAR ACSP/FACESP
ADEMPE - ADVB - AESCON / SP - ALSHOP - AMCHAM - ANAPRE - ANEFAC - APAREM - APEJESP
APEOP - APM - APRAG - APROSOM - ASBEA - ASEC - ASERC - AUDIBRA - BRAZTOA - Câmara de
Comércio e Indústria do Mercosul e Américas - CESA - CIESP - Corte Arbitral do MERCOSUL
CORCESP - CORECON / SP - CRA / SP - CRC / SP - CREA / SP - FACESP - FEPRAG - FECOMÉRCIO
/ SP - FECONTESP - FENACON - FENECON - FIESP - IAB - IBRACON - INSTITUTO DE
ENGENHARIA - INSTITUTO MILENIUM - LIDE - NTC - OAB / SP - PNBE - SCIESP - SECOVI-SP
SEEAATESP - SESCOP-CAMPINAS - SESCOP-SP - SETCESP - SETRANS - SIAMFESP - SINAENCO
- SINCOESP - SINCOFARMA - SINCOR - SINDCONT/SP - SINDECON / ESP - SINDETUR / SP
SINDHOSP - SINDIFUPI - SINDILOJAS - SINDIMOTOR - SINDUSCON - SINEATA - SINSIA
SINSTAL - SINFAC - SIRCESP - TRANSFRETUR

2

Conselho de Fundadores



sinaenco





MANIFESTO DE APOIO AO PROJETO DE LEI Nº 4.302/1998

O Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor, composto por 67 (sessenta e sete) entidades patronais e profissionais, manifesta publicamente o seu apoio ao Projeto de Lei nº 4.302/1998, que regulamenta a terceirização.

No atual cenário globalizado, com a abertura de mercado, a economia vem sofrendo constantes transformações, exigindo das empresas grande esforço para se manterem competitivas, com a adoção de medidas que visem oferecer aos clientes uma gama de produtos e serviços com maior qualidade e menores preços.

Neste contexto, a terceirização de atividades, especialmente as mais especializadas, tem se consolidado como uma ferramenta extremamente eficiente na busca pela manutenção da competitividade econômica, por isso tem sido amplamente utilizada pelas empresas, principalmente nos países mais desenvolvidos.

A terceirização é a contratação de empresas prestadoras de serviços, que permite às organizações contratantes o acesso ao trabalho com maior qualificação, com aumento da produtividade, redução dos custos e, por conseguinte, a instalação de um círculo virtuoso, que favorece toda a cadeia produtiva, gerando maior competitividade com crescimento das vendas, impacto positivo no recolhimento de tributos e na criação de empregos, beneficiando dessa forma o País e, por via de consequência, toda a sociedade.

Contudo, no Brasil, infelizmente, inexistente legislação específica sobre a terceirização, que atualmente é regulada pela Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), gerando enorme insegurança jurídica às empresas contratantes, às contratadas e aos trabalhadores.

A Súmula nº 331 admite a terceirização apenas da atividade-meio da empresa, não da atividade-fim, conceitos inexistentes na legislação, gerando, portanto, decisões judiciais extremamente subjetivas no exame dos casos concretos, resultando em absoluta insegurança jurídica a todos os envolvidos.

Atualmente, quando há enorme especialização nos mais diversos segmentos econômicos, como consequência do aprimoramento das diversas atividades produtivas, do progresso científico e da exigência de novas profissões, em razão

1

Conselho de Fundadores





do avanço tecnológico, já totalmente enraizado no mundo, não raro, há imperceptível diferença entre o que seja meio e fim, fato que agrava ainda mais a já indesejável insegurança jurídica presente no dia-a-dia dos empresários brasileiros.

A necessidade de se criar um marco legal para a terceirização no Brasil é iminente, e o Projeto de Lei nº 4.302/1998 atende às principais necessidades dos envolvidos, criando a segurança jurídica necessária e garantindo os direitos dos trabalhadores.

O mencionado PL não veda a terceirização da atividade-fim, assegura os direitos trabalhistas e viabiliza, com a necessária segurança jurídica, o uso desta solução tão importante para o desenvolvimento econômico e social.

Críticos do Projeto, principalmente sindicatos dos trabalhadores, que temem perda de receita devido à desvinculação dos empregados ao sindicato da categoria preponderante da empresa, alegam que a terceirização cria subempregos, com redução dos direitos trabalhistas dos terceirizados. Os mesmos críticos propõem a atribuição de responsabilidade solidária às contratantes, ou seja, a possibilidade do trabalhador, em caso de dívidas trabalhistas, acionar diretamente a contratante, sem qualquer participação da contratada, que é a sua empregadora, no processo judicial.

O PL garante ainda todos os direitos trabalhistas e prevê a responsabilidade subsidiária das empresas contratantes, ou seja, caso a contratada não tenha patrimônio suficiente para o pagamento de dívidas trabalhistas, a contratante será responsabilizada e executada no mesmo processo judicial.

A responsabilidade subsidiária das contratantes em nada prejudica os direitos dos trabalhadores, mesmo porque essas empresas têm o dever de fiscalizar as contratadas no cumprimento das obrigações trabalhistas e tributárias. A responsabilidade solidária, ao contrário, inviabiliza a terceirização, o que parece ser o real objetivo dos autores dessas propostas.

Propostas que inviabilizam a terceirização no Brasil, caso aprovadas, gerarão enormes prejuízos à economia e à sociedade como um todo, devido à perda da competitividade econômica e ao conseqüente aumento do desemprego.

Diante desse quadro, o Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor manifesta seu total apoio ao Projeto de Lei nº 4.302/1998, que cria o necessário

Conselho de Fundadores





marco legal regulatório da terceirização e espera do Congresso Nacional a aprovação dessa proposta que, de maneira injustificável, tramita há mais de 12 (doze) anos nas Casas Legislativas que o compõem.

São Paulo, 24 de março de 2010.

Conselho de Fundadores
SESCON-SP - SINDHOSP - SINDCONT/SP - SINAENCO - APM

Comitê Diretivo
FIESP - FECOMERCIO - ACSP - OAB/SP - SESCOP-SP - SINDCONT-SP - APM - SINDHOSP - SINAENCO

Entidades Membros do Fórum
AASP - ABAV - SP - ABCFarma - ABECE - ABEP - ABERT - ABO - ABREMAR ACSP/FACESP
ADEMPE - ADVB - AESCON / SP - ALSHOP - AMCHAM - ANAPRE - ANEFAC - APAREM - APEJESP
APEOP - APM - APRAG - APROSOM - ASBEA - ASEC - ASERC - AUDIBRA - BRAZTOA - Câmara de
Comércio e Indústria do Mercosul e Américas - CESA - CIESP - Corte Arbitral do MERCOSUL
CORCESP - CORECON / SP - CRA / SP - CRC / SP - CREA / SP - FACESP - FEPRAG - FECOMÉRCIO
/ SP - FECONTESP - FENACON - FENECON - FIESP - IAB - IBRACON - INSTITUTO DE
ENGENHARIA - INSTITUTO MILENIUM - LIDE - NTC - OAB / SP - PNBE - SCIESP - SECOVI-SP
SEEAATESP - SESCOP-CAMPINAS - SESCOP-SP - SETCESP - SETTRANS - SIAMFESP - SINAENCO
- SINCOESP - SINCOFARMA - SINCOR - SINDCONT/SP - SINDECON / ESP - SINDATUR / SP
SINDHOSP - SINDIFUPI - SINDILOJAS - SINDIMOTOR - SINDUSCON - SINEATA - SINA
SINSTAL - SINFAC - SIRCESP - TRANSFRETUR

Conselho de Fundadores



sinaenco





MANIFESTO CONTRA A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

O Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor, que reúne entidades de representação do setor patronal e conselhos profissionais, manifesta publicamente preocupação e repúdio pela proposta de redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, contida na PEC 231/1995.

A redução da jornada de trabalho, sem impacto nos salários, representará significativo aumento de custo na folha de pagamento das empresas, que já arcam com altos custos de encargos sociais, em média de 100% dos salários dos trabalhadores.

Esse fato acrescido à elevada carga tributária que vigora no País, terá como conseqüência a redução da atividade econômica, deixando de gerar empregos como tem sido apregoado, com sérios riscos de demissões para que o setor econômico se ajuste à nova jornada de trabalho.

A proposta contida na PEC 231/ 1995 atingirá especialmente as micro e pequenas empresas, que representam 98% dos empreendimentos instalados no Brasil, segundo dados do SEBRAE, as quais, via de regra, laboram em jornada de 44 horas semanais.

Além disso, a redução da jornada de trabalho por via legislativa conflita com o princípio constitucional da livre negociação, que deve ser valorizado, pois expressa a real manifestação de vontade de empregados e empregadores e valoriza a atividade sindical tão prestigiada pela legislação brasileira e pelo Governo Federal.

Mudanças freqüentes na legislação trabalhista geram instabilidade e incertezas, comprometendo o investimento externo e interno, o crescimento econômico e a geração de novas vagas no mercado de trabalho.

Diante desse quadro, os membros do Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor aguardam que os interesses maiores do Brasil sejam priorizados, mediante a promoção de canal de negociação com empresários e trabalhadores para debater o tema, visando acordo que atenda os anseios da

Conselho de Fundadores





classe empreendedora e proteja os interesses dos trabalhadores, o que trará benefícios para toda a sociedade brasileira.

Conselho de Fundadores
SESCON-SP - SINDHOSP - SINDCONT/SP - SINAENCO - APM

Comitê Diretivo
FIESP - FECOMERCIO - ACSP - OAB/SP - SESCO-SP - SINDCONT-SP - APM - SINDHOSP - SINAENCO

Entidades Membros do Fórum
AASP - ABAV - SP - ABCFarma - ABECE - ABEP - ABERT - ABO - ABREMAR ACSP/FACESP
ADEMPE - ADVB - AESCON / SP - ALSHOP - AMCHAM - ANAPRE - ANEFAC - APAREM - APEJESP
APEOP - APM - APRAG - APROSOM - ASBEA - ASEC - ASERC - AUDIBRA - BRAZTOA - Câmara de
Comércio e Indústria do Mercosul e Américas - CESA - CIESP - Corte Arbitral do MERCOSUL
CORCESP - CORECON / SP - CRA / SP - CRC / SP - CREA / SP - FACESP - FEPRAG - FECOMÉRCIO
/ SP - FECONTESP - FENACON - FENECON - FIESP - IAB - IBRACON - INSTITUTO DE
ENGENHARIA - INSTITUTO MILENIUM - LIDE - NTC - OAB / SP - PNBE - SCIESP - SECOVI-SP
SEEAATESP - SESCO-CAMPINAS - SESCO-SP - SETCESP - SETTRANS - SIAMFESP - SINAENCO
- SINCOESP - SINCOFARMA - SINCOR - SINDCONT/SP - SINDECON / ESP - SINDETUR / SP
SINDHOSP - SINDIFUPI - SINDILOJAS - SINDIMOTOR - SINDUSCON - SINEATA - Sinsa
SINSTAL - SINFAC - SIRCESP - TRANSFRETUR

Conselho de Fundadores



sinaenco





MANIFESTAÇÃO EM APOIO AO MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO SISTEMA DE SAÚDE

O Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor, que congrega representantes do setor produtivo, vem manifestar seu repúdio ao PL 2295/2000, que pretende a redução da jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem para 30 horas semanais.

Esse PL, quando a redução da jornada de trabalho está em debate na PEC 233 é absolutamente inoportuno, atentando contra os interesses da sociedade brasileira.

Ao contrário do que se pode imaginar, o PL 2295 não afetará apenas o segmento de saúde, público, privado, filantrópico, mas toda a sociedade, pois o custo da aprovação desse projeto será transferido para os usuários de serviços de saúde, tanto do SUS, quanto da saúde suplementar.

Segundo dados das representações do setor de saúde, o impacto será extremamente forte, podendo, de imediato, inviabilizar a continuidade de diversas empresas, sejam santas casas de misericórdia, hospitais, clínicas, ou laboratórios, pois representa enorme aumento de custo imediato na folha de pagamento, especialmente de pequenas e médias empresas desse segmento, que representam 80% do setor.

Não bastasse, o reflexo que irá atingir os planos coletivos de assistência à saúde, resultará em rescisão de contratos, com a inevitável transferência de pacientes para o SUS, agravando, ainda mais, o já combalido sistema público de saúde.

Ademais, a aprovação desse PL antes que a Câmara dos Deputados aprecie a PEC 233/ , resultará em inúmeros pedidos de apreciação de projetos de lei que tramitam pela casa, visando a redução de jornada de trabalho de diversas categorias profissionais, dificultando, ainda mais, a evolução da negociação que visa consenso na aludida PEC, atropelando, de forma indesejável, o debate já estabelecido no parlamento.

Conselho de Fundadores





Por tais razões, e, visando solução que atenda os interesses de trabalhadores e empregadores, é que os membros do Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor rogam a V.Exas. a retirada do referido PL de pauta, enquanto pendente de definição a PEC 233.

Conselho de Fundadores
SESCON-SP - SINDHOSP - SINDCONT/SP - SINAENCO - APM

Comitê Diretivo
FIESP - FECOMERCIO - ACSP - OAB/SP - SESCOP-SP - SINDCONT-SP - APM - SINDHOSP - SINAENCO

Entidades Membros do Fórum
AASP - ABAV - SP - ABCFarma - ABECE - ABEP - ABERT - ABO - ABREMAR - ACSP/FACESP
ADEMPE - ADVB - AESCON / SP - ALSHOP - AMCHAM - ANAPRE - ANEFAC - APAREM - APEJESP
APEOP - APM - APRAG - APROSOM - ASBEA - ASEC - ASERC - AUDIBRA - BRAZTOA - Câmara de
Comércio e Indústria do Mercosul e Américas - CESA - CIESP - Corte Arbitral do MERCOSUL
CORCESP - CORECON / SP - CRA / SP - CRC / SP - CREA / SP - FACESP - FEPRAG - FECOMÉRCIO
/ SP - FECONTESP - FENACON - FENECON - FIESP - IAB - IBRACON - INSTITUTO DE
ENGENHARIA - INSTITUTO MILENIUM - LIDE - NTC - OAB / SP - PNBE - SCIESP - SECOVI-SP
SEEAATESP - SESCOP-CAMPINAS - SESCOP-SP - SETCESP - SETTRANS - SIAMFESP - SINAENCO
- SINCOESP - SINCOFARMA - SINCOR - SINDCONT/SP - SINDECON / ESP - SINDETUR / SP
SINDHOSP - SINDIFUPI - SINDILOJAS - SINDIMOTOR - SINDUSCON - SINEATA - SINS
SINSTAL - SINFAC - SIRCESP - TRANSFRETUR

Conselho de Fundadores



sinaenco





MANIFESTO DE REPÚDIO AO PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH-3)

O Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor, composto por entidades da sociedade civil organizada, manifesta publicamente seu repúdio pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), aprovado pelo Decreto Presidencial nº 7.037/09.

A Constituição Federal de 1988, conhecida também como Constituição Cidadã, é resultado da luta de muitos contra o regime autoritário anteriormente vigente no Brasil e, por isso, estabelece diversos princípios e direitos que visam à garantia da Cidadania e do Estado Democrático de Direito, como o Princípio da Separação dos Poderes, da Valorização do Trabalho Humano, da Livre Iniciativa e os direitos a educação, propriedade, liberdade de expressão, saúde, entre muitos outros.

Após mais de duas décadas da promulgação da nossa Constituição, quando a nossa Democracia Brasileira demonstra sinais de amadurecimento, causa perplexidade o surgimento de diversas propostas do PNDH-3, aprovado por Decreto, que, se colocadas em prática, subverterão a ordem jurídica, criando espaço para medidas autoritárias e que atentam contra o Estado Democrático de Direito.

O Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor não pode aceitar passivamente que um Decreto anule direitos fundamentais e coloque em ameaça as conquistas alcançadas pela sociedade brasileira após décadas de governos autoritários. Por isso, rejeitamos os 520 itens do Decreto e convocamos toda a sociedade para que manifeste seu repúdio a essas propostas.

Pela extensão do texto, destacamos algumas das agressões ao texto constitucional perpetradas pelo Decreto:

1) tentativa de mordaza da imprensa

O PNDH-3 prevê o estabelecimento de critérios para acompanhamento editorial, criando-se um *ranking* nacional de veículos de comunicação comprometidos com os Direitos Humanos sob a ótica da ideologia do governo, assim como daqueles que cometem violações, segundo o entendimento oficial.

Conselho de Fundadores



sinaenco





A proposta também vincula as outorgas e renovações das concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão e o patrocínio e publicidade oficiais ao respeito aos Direitos Humanos à interpretação que os governantes atribuíam à expressão.

Esta proposta, apesar da aparente intenção de defesa dos Direitos Humanos, abre campo para o controle editorial dos órgãos de imprensa, possibilitando a imposição de penalidades por supostas violações aos Direitos Humanos, baseando-se em critérios subjetivos, de acordo com os interesses de quem está no poder.

Uma política de Direitos Humanos séria deve limitar o poder do Estado para que não ocorram abusos contra os cidadãos e esta proposta está no caminho inverso, possibilitando o controle dos órgãos de imprensa, cuja liberdade é fundamental em qualquer sociedade democrática.

As punições por violação aos Direitos Humanos aos órgãos de imprensa devem ser impostas pelo Poder Judiciário, que, com fundamentos técnicos e imparcialidade, sem a imposição de censura, tem a função jurisdicional, a fim de que não haja interferências de interesses políticos e pessoais dos detentores do poder.

2) cerceamento do Judiciário e do Direito de Propriedade

O PNDH-3 prevê a propositura de projeto de lei que pretere afastar a atuação do Poder Judiciário na concessão de liminares de reintegração de posse de imóveis invadidos, priorizando a realização de audiências públicas com os envolvidos.

Tal proposta, além de ofender o princípio da independência e harmonia dos Poderes da República, viola o preceito constitucional do livre acesso ao Poder Judiciário para evitar lesão ou ameaça ao direito, cria obstáculos ao exercício da função jurisdicional especialmente no que diz respeito ao poder cautelar do Poder Judiciário - que tem o dever de decidir as lides com fundamento na Constituição Federal e na legislação não só para reparar mas também para evitar o dano -, e, portanto, incentiva as invasões de terras, em grave violação do Direito de Propriedade.

Conselho de Fundadores





3) alteração na grade disciplinar de currículos escolares

A alteração na grade disciplinar de currículos escolares é proposta no PNDH-3, sem qualquer ressalva para que o estudo dos Direitos Humanos seja feito sem viés ideológico, o que pode possibilitar a manipulação ideológica dos estudantes. O mesmo se diga em relação à habilitação dos professores.

4) regulamentação do imposto sobre grandes fortunas

Propõe-se a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas previsto na Constituição da República, tributo que não se mostrou eficiente em nenhuma parte do mundo, e que, nos poucos países em que foi adotado, apenas serviu para afugentar investimentos privados, geradores de trabalho e renda. Ademais de pretender aumentar a já insuportável carga tributária, o nítido viés ideológico que perpassa todo o decreto, faz suspeitar de que a tributação não recairá sobre "grandes fortunas" e nem mesmo sobre "fortunas" propriamente ditas, mas sobre todos os cidadãos.

5) impede a ostentação dos símbolos religiosos em estabelecimentos públicos

O PNDH-3, a pretexto de defender a laicidade do Estado e assegurar a liberdade religiosa, na verdade, pretende instituir o Estado anti-religioso, ao impedir a ostentação dos símbolos religiosos em estabelecimentos públicos. Tal proibição, além de desrespeitar elementos culturais e históricos de nossa sociedade, é completamente descabida, pois a utilização de símbolos religiosos nas repartições públicas não descaracteriza o Estado laico.

Tal proposta pode gerar, em um futuro próximo, outros impedimentos de cunho social, cultural, histórico e religioso. O Estado, que cria impedimento à presença de símbolos em repartições públicas, futuramente considerar-se-á autorizado a proibir nomes de ruas, estátuas e outros monumentos públicos.

Estes são apenas alguns dos diversos pontos do PNDH-3 que colocam em ameaça o Estado Democrático de Direito e a própria Cidadania. Na leitura do PNDH-3 verificam-se outras propostas que inibem investimentos, fragilizam a segurança pública, entre outros.

Conselho de Fundadores





O Plano em questão impõe um viés ideológico e autoritário à defesa dos direitos humanos, o que acaba violando os direitos individuais, que também são humanos, desrespeitando diversos princípios e direitos constitucionalmente garantidos, colocando em risco o próprio Estado Democrático de Direito, com possibilidade de limitação das informações transmitidas aos cidadãos, violação do direito de propriedade etc.

A sociedade não pode admitir a possibilidade de tantos abusos!

Diante do exposto, o Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor manifesta seu repúdio ao Decreto, para que sejam assegurados os direitos individuais de todos nós, cidadãos, contra governos autoritários.

De São Paulo para Brasília, em 24 de fevereiro de 2010.

Conselho de Fundadores
SESCON-SP - SINDHOSP - SINDCONT/SP - SINAENCO - APM

Comitê Diretivo
FIESP - FECOMERCIO - ACSP - OAB/SP - SESCOP-SP - SINDCONT-SP - APM - SINDHOSP - SINAENCO

Entidades Membros do Fórum
AASP - ABAV - SP - ABCFarma - ABECE - ABEP - ABERT - ABO - ABREMAR ACSP/FACESP
ADEMPE - ADVB - AESCON / SP - ALSHOP - AMCHAM - ANAPRE - ANEFAC - APAREM - APEJESP
APEOP - APM - APRAG - APROSOM - ASBEA - ASEC - ASERC - AUDIBRA - BRAZTOA - Câmara de
Comércio e Indústria do Mercosul e Américas - CESA - CIESP - Corte Arbitral do MERCOSUL
CORCESP - CORECON / SP - CRA / SP - CRC / SP - CREA / SP - FACESP - FEPRAG - FECOMÉRCIO
/ SP - FECONTESP - FENACON - FENECON - FIESP - IAB - IBRACON - INSTITUTO DE
ENGENHARIA - INSTITUTO MILENIUM - LIDE - NTC - OAB / SP - PNBE - SCIESP - SECOVI-SP
SEEAATESP - SESCOP-CAMPINAS - SESCOP-SP - SETCESP - SETTRANS - SIAMFESP - SINAENCO
- SINCOESP - SINCOFARMA - SINCOR - SINDCONT/SP - SINDECON / ESP - SINDATUR / SP
SINDHOSP - SINDIFUPI - SINDILOJAS - SINDIMOTOR - SINDUSCON - SINEATA - SINSA
SINSTAL - SINFAC - SIRCESP - TRANSFRETUR

Conselho de Fundadores





OABSP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, dentre suas atribuições legais, possui como finalidade a **defesa da Constituição** e a **defesa da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito** (artigo 44, inciso I, de seu Estatuto).

Em função dessa atribuição, a **COMISSÃO ESPECIAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SEÇÃO DE SÃO PAULO**, tomou conhecimento do conjunto de proposições normativas encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, com a justificativa de atender ao que foi batizado de Quarto Pacto Republicano, e que neste momento estão consubstanciados nos PLP 469/2009, PL 5080/2009, PL 5081/2009 e PL 5082/2009.

Acontece que esses anteprojetos se constituem em **medidas abusivas, inconstitucionais e ofensivas ao que, historicamente, se conhece como Estado Democrático de Direito**, no qual tanto a Administração Pública quanto os Administrados se submetem, igualmente, ao império da lei e a um imparcial Poder Judiciário.

O conjunto de proposições choca pela forma contundente com que se pretende transferir, **sem a intermediação salutar e constitucionalmente determinada do Poder Judiciário e sem o devido processo legal**, patrimônio jurídico dos particulares e da Fazenda Pública.

Para que não se percam objetividade e celeridade, serão destacados, por meio de cotejo necessário com o texto constitucional, as mais inusitadas propostas contidas no PLP 469/2009 e PL 5080/2009.

I - O PLP 469/2009 E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

1. Alegando atualizar o Código Tributário Nacional, no que diz respeito às possibilidades de responsabilização tributária dos sócios e administradores, o **PLP 469/2009** inverte a chamada presunção de

Entidades Fundadoras



sinaenco





OABSP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO

inocência consagrada pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal ¹, criando a esdrúxula necessidade de provar aquilo que a própria Constituição já presume suficiente, que e a boa-fé ².

A proposição pretende, portanto, que se prove o que e dispensável, sob pena de ser autorizada a transferência do ônus tributário das sociedades para seus sócios, gerentes e assemelhados.

Como demonstrar que não se praticou alguma conduta e algo impossível - daí a situação ser rotulada como *prova diabólica* - e que essa espécie de inversão a jurisprudência nunca admitiu, chega a ser caricata a modificação ao artigo 134 que se pretende fazer incorporar ao Código Tributário Nacional:

*Art. 134. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal, pelo contribuinte, **respondem subsidiariamente** com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de forem responsáveis. (...) VIII. **o administrador ou gestor que, a) deixar de provar que empregou, no exercício de sua atividade, o cuidado e a diligência que se costuma dispensar à administração de negócios, cumprindo com o dever de diligência que a lei lhe incumbe.***

2. A seguinte e ainda mais grave (pretendida redação ao § 3º, do artigo 134) e deve ser adiante contextualizada com a também pretendida desnecessidade de intervenção do Poder Judiciário para a solução de conflitos envolvendo a cobrança de valores tributários pelos Entes Políticos, nos termos do PL 5080/2009. Por ora, apenas destaquemos seu conteúdo:

*O sujeito passivo, ou o responsável legal, que, notificado, não efetuar o pagamento do débito, acrescido dos encargos incidentes, não solicitar o parcelamento do débito por uma das formas previstas em lei, ou não prestar garantia integral do débito em cobrança, por meio de depósito administrativo, fiança bancária ou seguro-garantia **deverá relacionar quais são e onde se encontram todos os bens que possui, inclusive aqueles alienados entre a data da inscrição em Dívida Ativa e a data de entrega da relação, apontando, fundamentalmente, aqueles que considera impenhoráveis.***

¹Art.5º, inciso LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

² O Jurista Miguel Reale, em artigo publicado no Jornal Estado de São Paulo do dia 16 de agosto de 2003, sob o título "A boa-fé no Código Civil", também disponível no endereço eletrônico wwwcmiguelreale.com.br, explicou que: "(...) a boa-fé não constitui um imperativo ético abstrato, mas sim uma norma que **condiciona e legitima toda a experiência jurídica**, desde a interpretação dos mandamentos legais e das cláusulas contratuais até as suas últimas consequências. Daí a **necessidade de ser ela analisada como conditio sine qua non da realização da justiça ao longo da aplicação dos dispositivos emanados das fontes do direito, legislativa, consuetudinária, jurisdicional e negocial** (...)"

Entidades Fundadoras



sinaenco





OABSP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO

II - O PL 5080/2009 E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

1. A fim de modernizar a Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/80), o **PL 5080/2009**, logo em sua exposição de motivos, esclarece que o novo rito de cobrança ocorrerá administrativamente, deixando para o crivo do Poder Judiciário apenas as situações sem patrimônio que, possa, de plano, ser constrito diretamente pela Administração Pública.

Vale dizer, esse novo rito alija dos cidadãos a intervenção previa do Poder Judiciário, quando figurar como credor real ou credor provável a Administração Pública, mantendo-a apenas quando o credor for o Administrado. A situação de desequilíbrio e inconstitucionalidade e patente.

Embora inacreditável, os seguintes excertos comprovam o absurdo da proposta legislativa em clara ofensa a cláusula constitucional que garante triplicação de poderes, a reserva de jurisdição e a submissão do Estado-Administrador aos limites constitucionais.

1.1. A exposição de motivos não esconde a intenção:

2. Atualmente, execução fiscal no Brasil é um processo judicial que está regulado na Lei nº 6.830 de 1980. Nos termos desta Lei, todo processo, desde o seu início, com a citação do contribuinte, até a sua conclusão, com a arrematação dos bens e satisfação do crédito, é judicial, ou seja, conduzido por um Juiz. Tal sistemática, pela alta dose de formalidade de que se reveste o processo judicial, apresenta-se como um sistema altamente moroso, caro e de baixa eficiência.

12. A proposta ora apresentada orientou-se pela construção de um Procedimento que propicie a integração da fase administrativa de cobrança do crédito Público com a subsequente fase judicial, evitando duplicidade de atos e reservando ao exame e atuação do Poder Judiciário apenas demandas que, sem solução extrajudicial, tenham alguma base patrimonial para a execução forçada.

1.2. Essa intenção é confirmada por proposições que:

(a) criam um sistema de investigação patrimonial com acesso a todos os dados financeiros e patrimoniais dos cidadãos;

Entidades Fundadoras



sinaenco





OABSP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO

- (b) autorizam que as constrições sejam feitas por Oficiais da Fazenda Pública sem a interferência do Poder Judiciário;
- (c) equiparam a fé pública dos Oficiais de Justiça à dos novos Oficiais da Fazenda Pública;
- (d) determinam ao Poder Judiciário que autorize aos Oficiais de Fazenda Pública poderes de arrombamento; e,
- (e) sujeitam todas as medidas apenas a um posterior crivo do Poder Judiciário uma vez que as constrições e registros dar-se-ão administrativamente.

2. As disposições que se pretendem aprovar são as seguintes:

Art. 1º A cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e das suas autarquias e fundações de direito público será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pela Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil Parágrafo único. É facultado aos Municípios, as suas autarquias e fundações de direito público efetuarem a cobrança de suas dívidas ativas na forma desta Lei.

(...)

Art. 3º Os atos constrição precatória e provisória serão praticados pela Fazenda Pública credora, cabendo seu controle ao Poder Judiciário, na forma prevista nesta Lei.

Art. 4º Concluída a inscrição em dívida ativa, será realizada investigação patrimonial dos devedores inscritos por parte da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria-Geral Federal, da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e pelos órgãos dos Estados, Municípios e Distrito Federal, caso a referida investigação patrimonial tenha sido realizada com êxito quando da constituição do crédito.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Sistema Nacional de Informações Patrimoniais dos Contribuintes - SNIPC, administrado pelo Ministério da Fazenda, inclusive com base nas informações gerenciadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, organizando o acesso eletrônico as bases de informação patrimonial de contribuintes, contemplando informações sobre o patrimônio, os rendimentos e os endereços, entre outras.

§ 2º Os órgão e entidades públicos e privados que por obrigação legal operem cadastros, registros e controle de operações de bens e direitos deverão disponibilizar para o SNIPC as informações que administrarem.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante convênio, poderão ter acesso ao SNIPC, nos termos do inciso XXII do art. 37 da Constituição.

Entidades Fundadoras



sinaenco





OABSP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO

§ 4º O acesso ao SNIPC não desobriga o atendimento as informações adicionais requisitadas em caráter geral ou particular aos Cartórios de Registro de Imóveis, Detrans, Secretarias do Patrimônio da União, Capitânicas dos Portos, Juntas Comerciais, Agência Nacional de Aviação Civil, Comissão de Valores Mobiliários, Bolsas de Valores, Superintendência de Seguros Privados, Banco Central do Brasil, Câmaras de Custódia e Liquidação, Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, bem como qualquer outro órgão ou entidade que possua a finalidade de cadastro, registro e controle de operações de bens e direitos.

§ 5º Os resultados da investigação Patrimonial no âmbito do SNIPC serão disponibilizados ao órgão responsável pela cobrança da dívida.

(...)

Art. 9º O despacho da autoridade administrativa competente que determinar a notificação, observados os prazos e as hipóteses do art. 50, também ordenará:

I - a efetivação da constricção preparatória e a avaliação de bens, respeitada a ordem estabelecida no art. 655 da Lei no 5.869, de 1973, sobre tantos bens e direitos quantos bastem para garantir o debito;

II - a intimação da constricção preparatória ao devedor; e

III - o registro da constricção, cujas custas ficarão, ao final:

a) a cargo do devedor se for a execução julgada procedente; ou

b) a cargo da Fazenda Publica, caso seja indevida a constricção ou seja a execução julgada improcedente.

(...)

Art. 12. O oficial da Fazenda Pública, independentemente de qualquer outra formalidade, providenciará a entrega de certidão de inteiro teor do ato de constricção ou de constituição de garantia para o registro no ofício imobiliário ou a anotação nos cadastros da instituição pública ou privada pertinente.

Parágrafo único. O ato de constricção preparatória poderá ser comunicado, inclusive para fins do disposto no inciso II do art. 9º por meio de correspondência com aviso de recebimento ou por meio eletrônico certificado digitalmente.

Art. 13. A Fazenda Publica deverá providenciar o ajuizamento da execução fiscal, ressalvado o disposto no § 1º do art. 17, no prazo de trinta dias, contados da efetivação da primeira constricção.

(...)

Art. 31. Os oficiais da Fazenda Publica, no exercício de suas funções, gozarão das mesmas prerrogativas e de fé pública atribuídas pela Lei no 5.869, de 1973, aos oficiais de justiça.

(...)

Art. 33. Mediante requerimento da Fazenda Pública, instruído com a certidão de que trata o art. 32, o juiz competente Para conhecer da execução autorizará o arrombamento e outras medidas que se fizerem necessárias para garantir o livre acesso dos oficiais da Fazenda Publica aos bens do devedor, determinando a expedição de mandado de arrombamento.

(...)

3. Acontece que a Constituição Federal não admite regras desse jaez.

O argumento é sério, grave e não comporta contestação.

Entidades Fundadoras



sinaenco





OABSP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO

3.1. Primeiro, porque nosso Ordenamento consagra o que é conhecido nas sociedades civilizadas como **Estado Democrático de Direito**, o que significa que no Brasil não existe poder absoluto ou qualquer margem para caprichos, perseguições ou favoritismos. E, depois, porque a **Tripartição de Poderes** e Cláusula Pétrea, portanto somente contornável por revolução, ruptura ou uma nova ordem constitucional.

Desse modo, em nosso sistema jurídico não pode haver transferência patrimonial for, cada sem o crivo prévio do sempre imparcial e equidistante Poder Judiciário. Interessante destacar que a improvável aprovação desse tipo de iniciativa fará com que o administrado/contribuinte, que precise reaver dinheiro do Estado, procure o Poder Judiciário, enquanto o Estado, por sua vez, poderá fazer **sua justiça com as próprias mãos**, sem a intervenção de um Juiz Natural.

A seguinte lição de GERALDO ATALIBA merece destaque:

Assim, também, para que se repute um Estado como de Direito é preciso que nele se reúna à característica da subordinação à lei a da submissão à jurisdição, nos termos postulados por Giorgio Balladore Pallieri (v. 'Diritto Costituzionale', 3º Ed., Milão, Giuffrè, pp.80 e SS.; especialmente p.85).

Este notável publicista milanês insiste em que só é possível reconhecer Estado de Direito onde: a) o Estado se submete à jurisdição; b) a jurisdição seja exercida por uma magistratura imparcial (obviamente, independente), cercada de todas as garantias; d) o Estado a ela se submeta como qualquer 'pars' chamada a juízo em igualdade de condições com a outra 'pars'.

Só esta consideração - que tem, no Brasil, o suporte de Ruy Cirne Lima, Seabra Fagundes, Victor Nunes Leal, Tércio Sampaio Ferraz, Celso Antônio, Dalmo Dallari, Josaphat Marinho e outros publicistas de prol - já demonstra quão poucos são os Estados contemporâneos que podem receber a qualificação de Estado de Direito. Tal concepção corresponde ao princípio do 'rule of law' - governo da lei, e não dos homens - que inspirou o direito constitucional anglo-saxão na longa e árdua luta pela supremacia do Direito e superação do arbítrio. (Republica e Constituição. 1998. 2ª ed., atualizada por Rosolea Miranda Folgosi. São Paulo, Malheiros, p.120)

3.2. As seguintes disposições constitucionais confirmam o argumento e são inquestionáveis quanto ao ponto aqui apresentado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

Entidades Fundadoras





OABSP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da Unia, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade, nos termos seguintes:

- XXXII - é garantido o direito de propriedade;**
- XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;**
- LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;**

3.3. A constatação de que o PL 5080/2009, ao afastar da jurisdição e do devido processo legal a transferência for, cada de patrimônio dos contribuintes/administrados, colide com disposições constitucionais, em especial as contidas nos artigos 1º, 2º e 5º, incisos XXII, XXXV, LIV e LV, e indiscutível. Disposições essas tão robustas que sequer podem ter sua eficácia mitigada por constituírem cláusulas pétreas indisponíveis ao legislador e a Administração Pública³.

³ TÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES - CAPÍTULO I - DO PODER LEGISLATIVO - SEÇÃO VIII - DO PROCESSO LEGISLATIVO - SUBSEÇÃO II - DA EMENDA A CONSTITUIÇÃO Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; II - do Presidente da República; III - de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. § 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. § 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros. § 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem. § 4º - **Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:** I - a forma federativa de Estado; II - o voto direto, secreto, universal e periódico; III - **a separação dos Poderes;** IV - **os direitos e garantias individuais** § 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Entidades Fundadoras



sinaenco





OABSP

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO

III – RAZÕES DO PL 5080: EQUÍVOCO QUE RESVALA NA INVERDADE

1. **Em nenhum momento a Ordem dos Advogados do Brasil foi ouvida no processo de elaboração das proposições aqui denunciadas.** Dizem, até, que seus membros foram propositalmente aliçados dos procedimentos de consulta pública. Talvez por isso tenham sido eleitos argumentos que impressionam facilmente os leigos.

Eis alguns, sem modificação de seu contexto:

3. **Dados obtidos junto aos Tribunais de Justiça informam que *menos de 20% dos novos processos de execução fiscal distribuídos em cada ano tem a correspondente conclusão nos processos judiciais em curso*, o que produz um crescimento geométrico do estoque. Em decorrência desta realidade, a proporção de execuções fiscais em relação aos demais processos judiciais acaba se tornando cada vez maior.**

4. **Note-se que o número de execuções fiscais equivale a *mais de 50% dos processos judiciais em curso no âmbito do Poder Judiciário*. No caso da Justiça Federal, esta proporção é de 36,8 %, e retrata o crescimento vegetativo equivalente ao da Justiça dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.**
(...)

9. **É importante destacar, ainda, que a *baixa eficiência da cobrança forçada da dívida ativa* não tem afetado apenas as contas do Fisco. Em verdade, tal situação produz graves distorções nos mercados, sendo profundamente danoso para a livre concorrência, uma vez que as sociedades empresárias que honram pontualmente suas obrigações fiscais veem-se, muitas vezes, na contingência de concorrer com outras que, sabedoras da ineficácia dos procedimentos de cobrança em vigor, pagam ou protraem no tempo o pagamento de tributos, valendo-se da ineficácia dos procedimentos de cobrança em vigor.**
(...)

29. **Ressalte-se, ainda, que a *retirada de parte do trâmite das execuções fiscais do âmbito do Poder Judiciário* terá importante impacto positivo na velocidade da própria prestação jurisdicional. Como já salientado, o Poder Judiciário vive momento de grave congestionamento a impedir uma prestação jurisdicional célere. A adoção da via administrativa para a execução fiscal aliviará o Poder Judiciário de pesado fardo, liberando importantes recursos materiais e humanos que poderão ser empregados na rápida solução de lides que, hoje, levam anos para serem julgadas.** (...)

34. **Ademais, *o modelo que ora se propõe tem respaldo no objeto da Consulta Pública nº 01/2005, visando propor um anteprojeto de lei voltado à revisão da Lei nº 6.830 de 22 de setembro de 1980, Lei de Execução Fiscal, apresentado pelo Conselho da Justiça Federal, tendo em vista o interesse geral de que se reveste a matéria, havendo sido elaborado a partir de proposta formulada por comissão formada no âmbito do Conselho da Justiça***

Federal, coordenada pelo Ministro Teori Zavascki e de ideias contidas no anteprojeto de lei de execução fiscal administrativa idealizado pela *PGFN, na pessoa do Procurador-Geral Dr. Luís Inácio Lucena Adams*, no sentido de agilizar a cobrança da Dívida Ativa.

35. **O grupo de trabalho foi composto por representante da *AJUFE*, Juiz Federal Marcus Lívio Gomes e da *Procuradoria Geral da Fazenda Nacional*, Procurador da Fazenda Nacional Paulo César Negrão, sendo as conclusões apresentadas ao Presidente da Ajufe, Juiz Federal Walter Nunes da Silva Júnior e ao Procurador Geral da Fazenda Nacional, Dr. Luís Inácio Lucena Adams e ao *Coordenador-Geral da Justiça Federal*, Ministro Gilson Dipp.**

Entidades Fundadoras



sinaenco





OABSP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO

Note, Excelência, que o projeto aqui denunciado por graves inconstitucionalidades foi conduzido pela Procuradoria da Fazenda Nacional, tomando de empréstimo a credibilidade do Poder Judiciário, por meio da AJUFE, de membros do Poder Judiciário e de alguns Professores de Direito. Note, também, que são eleitas como justificativas para *retirada das execuções fiscais do âmbito do Poder Judiciário a morosidade e a baixa eficiência da cobrança forçada da dívida ativa*.

2. A motivação, assim como um castelo de cartas, não resiste a um sopro. A ineficiência da cobrança judicial e de responsabilidade da própria Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Em parte, pela falta de recursos humanos, em outra parte, pela falta de gestão adequada de seus dados.

Um exemplo é suficiente. A cidade de **Guarulhos**, localizada na Grande São Paulo, possui o **8º Produto Interno Bruto (PIB) do País**⁴, sendo uma cidade com imensa quantidade de empresas e indústrias. Lá, também é localizado o mais importante aeroporto internacional do País, Cumbica. Diante de um cenário de grande carga tributária e proporcional número de inadimplentes seria de se esperar que lá houvesse procuradores suficientes e Varas de Justiça Federal para que os processos de execução fiscal fossem bem encaminhados. Seria, mas não é.

Os números divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça demonstram que lá apenas ha uma única Vara Federal especializada em execuções fiscais, com cerca de 40 mil processos, e um único juiz. Comparando-se com as demais varas cíveis ali instaladas, a situação torna-se constrangedora, porque as Varas Federais Cíveis possuem apenas, cada uma, média de 3,3 mil processos, nada justificando a não transformação de uma ou mais Varas Cíveis em Varas especializadas em execuções fiscais⁵. Os dados da capital do Estado de São Paulo não ficam distantes⁶.

Ainda, no campo dos exemplos, a comarca de Paulista, no interior de Pernambuco, e ainda mais reveladora. A única Vara de Fazenda Pública possui cerca de

⁴ A cidade de Guarulhos é a maior cidade não capital do Brasil, sendo o 2º maior município do Estado de São Paulo em população. O último indicador de PIB municipal disponível (2006) coloca-a como a 8ª economia do país segundo o IBGE. Cidade com vocação industrial, e, ainda, 109 colocada no Índice de serviços e 15ª no índice de Administração Pública. Distante apenas 108 quilômetros do porto de Santos, possui, segundo a INFRAERO, o maior aeroporto internacional da América do Sul. No período de 2002 a 2008 apresentou participação do valor adicionado fiscal do Estado de São Paulo superior a média da região metropolitana e da própria capital. A cidade possui "grau de investimento" pela agência Austin Rating superior a São Paulo e Belo Horizonte, com conceito A-, que significa possuir patamar de confiabilidade para investidores. (fonte: www.guarulhos.sp.gov.br/empresarial_home.html)

⁵ Os dados da 19ª Subseção da Justiça Federal no Estado de São Paulo não deixam dúvidas. São 56.646 processos distribuídos em 6 varas. Sendo 5 varas cíveis (1ª, 2ª, 4ª, 5ª e 6ª) e apenas uma (3ª) especializada em cobranças de dívida pública. Enquanto as varas cíveis possuem respectivamente 4.140 processos (1ª vara), 4.558 processos (2ª vara), 3.079 processos (4ª vara), 2.918 processos (5ª vara) e 2.268 processos (6ª vara), somente a 3ª vara - única especializada em executivos fiscais possui sozinha 39.683 processos. Estes dados de dezembro de 2009, colhidos do endereço eletrônico www.trf3.jus.br/trBr/f~leadmin/docs/seju/estatisticas/Epcoge-dez2009.pdf é suficiente para exemplificar o argumento. **Enquanto a 6ª vara cível de Guarulhos possui um Juiz Federal para pouco mais de 2,2 mil processos, a 3ª vara, especializada em execuções fiscais possui um acervo de aproximadamente 40 mil processos sob a responsabilidade de um único juiz. Enquanto 5 juízes tomam conta de 16.963 processos cíveis, apenas um toma conta de 39.683 processos de execução fiscal.**

⁶ A cidade de São Paulo possui números igualmente discrepantes. Enquanto para cada vara cível há média de 4.630 processos, para cada vara criminal há 3.203 e para cada vara especializada em execuções fiscais há 55.508. Mesmo que deste número de processos de execução fiscal sejam descontados aqueles com tramitação suspensa, ainda sim restará para cada vara especializada mais de 20,4 mil processos. Fonte: www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/seju/estatisticas/Epcoge-dez2009.pdf

Entidades Fundadoras





OABSP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO

105 mil processos, sendo 5 mil sortidos e cerca de 100 mil execuções fiscais com valores que variam de dezenas a milhões de reais. E nesse rol de processos ha alguns sem atuação alguma da procuradoria exequente em períodos constringedores de mais de cinco anos.

3. Em cenário de ineficiência da cobrança da dívida ativa como esse, relevando (i) a falta de recursos humanos e (ii) a adequada gestão dos dados das procuradorias, vincular essa ineficácia, apenas e exclusivamente, a falta de estrutura do Poder Judiciário e algo sem sentido. Ofensivo a dignidade da Justiça.

4. E, na sequência, com base nessa desfocada fotografia, pretender-se retirar do crivo judicial a transferência forçada de patrimônio dos particulares para o Estado e algo que se torna, indiscutivelmente, inconstitucional e ofensivo às noções mais primárias de Estado de Direito, situação que não pode ser ignorada.

IV- SÍNTESE CONCLUSIVA

O conjunto de proposições que formam o *Quarto Pacto Republicano* e que, neste momento, estão consubstanciados nos **PLP 469/2009, PL 5080/2009, PL 5081/2009 e PL 5082/2009** possui inúmeros vícios de constitucionalidade, em especial aqueles aqui destacados de forma objetiva, imparcial e célere, contidos no **PLP 469/2009 e PL 5080/2009**.

As proposições destacadas, por serem **ofensivas ao que, historicamente, se conhece como Estado Democrático de Direito**, no qual tanto a Administração Pública quanto os Administrados se submetem, igualmente, a um imparcial Poder Judiciário, e por colidirem com a presunção constitucional de boa-fé dos atos praticados pelos cidadãos/administrados/contribuintes, devem ser imediatamente excluídas de seus pertinentes procedimentos legislativos.

7 A Comarca de Paulista, interior de Pernambuco, possui 136.279 processos, divididos da seguinte maneira: 1ª Vara Criminal, 3.749 processos; 2ª Vara Criminal, 2971 processos; 1ª Vara Cível, 3.931 processos; 2ª Vara Cível, 5.551 processos; 3ª Vara Cível, 2.021 processos; 1ª Vara de Família e Registro Civil, 2.140 processos; 2ª Vara de Família e Registro Civil, 2.803 processos; Vara de Fazenda Pública, 112.726 processos; e, 3ª Vara Cível - Infância, 1.387 processos.

A estatística obtida no ww.tjejus.br/downloads/Anexo_Relatorio_Estatistico_2_Trim_calc.pdf não faz distinção de feitos entre processos executivos e diversos na comarca de fazenda pública de Paulista, servindo-se o presente documento de informações aproximadas, obtidas na própria comarca. **Contudo, a estatística oficial e clara ao afirmar que, para cada vara em Paulista, com exceção da vara de fazenda pública, havia no segundo trimestre de 2009, média de 2.944 processos, contra 112.726 processos apenas na vara responsável pelos processos executivos fiscais, que é exatamente a Vara de Fazenda Pública.**

Entidades Fundadoras





OABSP

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SÃO PAULO**

É o que requer a Ordem dos Advogados do Brasil, neste ato representada pela **Comissão Especial de Assuntos Tributários, da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional de São Paulo (CEAT-OAB/SP)**, com o reforço dos juristas e professores que também subscrevem este importante documento.

De São Paulo para Brasília, em 26 de janeiro de 2010.

Luiz Flávio Borges D'Urso

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo

Walter Carlos Cardoso Henrique

Advogado, Professor da PUC/SP e Presidente da CEAT-OAB/SP

Ives Gandra da Silva Martins

Jurista e Professor Emérito da Universidade Presbiteriana Mackenzie

André Ramos Tavares

Constitucionalista e Professor de Direito Constitucional da PUC/SP

Luis Eduardo Schoueri

Advogado e Professor Titular de Direito Tributário da USP

Roque Antonio Carrazza

Advogado e Professor Titular de Direito Tributário da PUC/SP

Ao
Excelentíssimo Senhor
DEPUTADO FEDERAL MICHEL TEMER
Presidente da Câmara dos Deputados Federais

Entidades Fundadoras



Entidades Organizadoras

ACSP - FECOMERCIO - FIESP - OAB/SP - SESCOB-SP

Entidades Membros do Fórum

CIESP – AESCON/SP - AASP - ABAV/SP – ABCFarma - ABECE - ABEP – ABO – ABREMAR – ADEMPE – ADVB - AES – ALSHOP – AMCHAM – ANEFAC – APAREM – APEJESP – APROSOM – ASBEA – ASEC – ASERC – AUDIBRA – BRAZTOA – CESA - CORCESP - CORECON/SP - CRA/SP - CRC/SP - CREA/SP – FACESP – FAVECC – FECONTESP – FENACON – FENECON – FESESP – IAB – IBRACON - Instituto de Engenharia – LIDE – NTC - Ordem dos Economistas do Brasil – PNBE – SEEAATESP - SESCOB – CAMPINAS – SETRANS – SIAMFESP – SINCOESP – SINCOFARMA – SINCOR - SINDECON/ESP - SINDETUR/SP – SINDIFUPI – SINDILOJAS – SINDIMOTOR – SINDUSCON – SINEATA – Sinsa – SIRCESP - TRANSFRETUR